

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel

Je
Jornal do
Engenheiro



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2).

Página 5

Divulgação MRS



“Cresce Baixada” e o enfrentamento da crise

Eng. Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente

UMA INICIATIVA extremamente positiva está sendo desenvolvida pelo SEESP, por meio de sua Delegacia Sindical na Baixada Santista, em parceria com as demais entidades representativas de trabalhadores da região: o “Cresce Baixada”, inspirado no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. O movimento visa evitar demissões e reduções salariais e que a recessão se instale de forma irremediável. A ideia forte nessa empreitada é que, apesar de se reconhecer a existência da crise e das dificuldades empresariais, é preciso um pacto para que a solução encontrada não seja o mero corte de pessoal.

A ideia forte do movimento integrado pelo SEESP é que, apesar de se reconhecer a existência das dificuldades empresariais, é preciso um pacto para que a solução encontrada não seja o mero corte de pessoal.

Deve-se agir estrategicamente, pensando no futuro e na recuperação, pois a penúria dos trabalhadores em nada ajudará a economia das cidades e o bom desempenho das companhias. Também acertadamente, o “Cresce Baixada” estende o diálogo ao poder público, já que os governos podem e devem agir no sentido de induzir o desenvolvimento. Com um calendário de atividades para construir esse arco de alianças em prol do emprego, o “Cresce Baixada” deve se reunir novamente no dia 19 de agosto na sede da Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem), contando com a participação de representantes das prefeituras da região, das entidades empresariais, das universidades e parlamentares, além, é claro, do movimento sindical. A partir dessa plenária, devem ser estabelecidos os passos para envolver os governos estadual e federal nesse esforço. Entre as dez ações imediatas já defendidas pelo “Cresce Baixada”, a essencial é que as empresas se comprometam a não demitir pelo prazo mínimo de um ano. Destacam-se ainda a sugestão de benefícios fiscais às companhias que

mantiverem seu quadro de pessoal, o estímulo aos projetos de obras da região, a preferência à contratação de mão de obra local, a criação de frentes de trabalho pela administração pública e a qualificação profissional. Ainda na pauta, está a ideia de trabalhar pela instalação de indústrias na região que integrem a cadeia produtiva do aço, assim como impulsionar o uso do insu- mo na construção de moradias. Na nossa avaliação, a iniciativa é a estratégia de ação correta para en-

frentar a crise econômica que atinge o País. É fato que o Brasil está inserido num contexto global complexo e é impossível que passe ao largo das turbulências internacionais. No entanto, internamente, é preciso que sejam tomadas medidas que evitem a recessão, em vez de estimulá-la, seja em nível nacional ou regionalmente. O “Cresce Baixada” é um exemplo virtuoso dessa visão e precisa ser fortalecido e multiplicado pelo Brasil afora.



JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lancac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwlr5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotolito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 16 a 31 de agosto de 2015. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.



O PETRÓLEO é nosso! – PARTE I

Cid Barbosa Lima Junior

APÓS SETE ANOS de muita luta, irmanando militares nacionalistas, comunistas e grande participação popular, Getúlio Vargas, presidente eleito, cria aquela que viria a ser a maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo: a Petrobras. A Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953, a instituiu, como companhia monopolista, executora de pesquisa, exploração e refino de petróleo nacional e estrangeiro.

Essa lei se confrontou com o famoso Relatório Link, batizado com o nome de um geólogo americano que assegurava que no Brasil não havia petróleo suficiente para sua comercialização. Um erro técnico ou um expediente para resguardar uma reserva estratégica para os Estados Unidos? Fato é que o relatório atendia aos interesses dos trustes internacionais do petróleo.

Após a sanção presidencial da lei, Getúlio Vargas passou a receber muitas pressões políticas externas e internas. A oposição pressionava para apeá-lo da Presidência. A luta pela criação da empresa passou a ser a luta pela garantia do monopólio. Ela continuou, mas teve sua primeira derrota em 1975, durante a ditadura civil-militar, quando criaram-se os

A luta em defesa da Petrobras vem desde a sua criação. A empresa é a que proporciona melhores condições estratégicas e geopolíticas ao Brasil.

famosos contratos de riscos, que acabaram por abrir a porta para as empresas internacionais de petróleo. O grupo de militares pró-americanos vencia uma luta contra setores nacionalistas das Forças Armadas. Mas o pior veio em 1995, no final do primeiro ano de governo de Fernando Henrique Cardoso, com a Emenda Constitucional nº 9. Por seu intermédio, foi flexibilizado o monopólio estatal de petróleo.

É importante observar que a luta em defesa da Petrobras vem desde a sua criação. O truste internacional de petróleo vem atacando sistematicamente nossa empresa, que é não só a maior, mas aquela que mais garante a sustentabilidade da economia do País e proporciona melhores condições estratégicas e geopolíticas ao Brasil. O petróleo continua a ser uma fonte energética muito importante.

Quando se falava que o petróleo acabaria logo no mundo, um Sheik árabe disse: “Não sei quando acabará a humanidade, mas sei que o petróleo acabará depois.”

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro



Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo “entidade de classe”. Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

CORAÇÃO VALENTE

BRASILEIROS, DEVO DIZER QUE A RECESSÃO CONTINUA.



O AJUSTE FISCAL TAMBÉM. A NOVIDADE É QUE AGORA TEREMOS A AGENDA BRASIL.



APROVAMOS A LEI ANTITERROR.



A INFLAÇÃO SUBIU E O DESEMPREGO TAMBÉM.



OS JUROS CONTINUARÃO ELEVADOS.



É ISSO. AGORA, SINTO MUITO, MAS VOU DAR ALGUMAS NOTÍCIAS RUINS.



MARINGONI



SÃO PAULO: locomotiva em ciência e inovação

Rosângela Ribeiro Gil

A UNIDADE FEDERATIVA do País que mais tem investimentos em ciência, tecnologia e inovação (C T & I) é o Estado de São Paulo. Só em 2012, R\$ 25 bilhões foram destinados a pesquisa e desenvolvimento (P&D), ou seja, 1,63% do Produto Interno Bruto (PIB) local à época, enquanto no Brasil todo se investiu o equivalente a 1,15% do PIB nacional – sem o Estado paulista, esse índice cai para 0,95%. A informação foi dada pelo diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique de Brito Cruz, em palestra proferida na reunião do Conselho Tecnológico do SEESP, no dia 5 de agosto último, na sede do sindicato, na Capital.

“Esses números mostram que planejar não é opcional, mas obrigatório no País. O nosso estado, por sua vez, mostra que tem recursos, o que não acontece em outras unidades federativas.”

Ele participa do grupo que há um ano está desenvolvendo o Plano Diretor C T & I de São Paulo – Horizonte 2020, junto ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (Concite). O objetivo desse é buscar e otimizar as oportunidades para se aumentar o impacto social, econômico e científico das iniciativas que existem em São Paulo, que não são só estaduais, mas também federais e privadas, e articular melhor esse sistema em benefício da população paulista. “Temos mais alguns meses até chegar à versão final do plano”, aponta.

Graduado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e ex-reitor da Universidade Estadual de

Campinas (Unicamp), Brito Cruz informa que já se constataram, durante os trabalhos, algumas questões que precisam ser sanadas. “Identificamos muito claramente que uma grande restrição à formação de recursos humanos para a ciência, tecnologia e inovação no nosso estado se deve à limitação no número de pessoas que conclui, com bom aproveitamento, o ensino médio.” O que exige, argumenta, ampliar o trabalho em educação, especialmente a do ensino básico, “para termos mais ingressantes bem qualificados nos cursos superiores”.

Contribuição ao País

Outra questão identificada, observa o especialista, é que as pesquisas científicas das companhias, apesar do grande volume e dos benefícios a elas, não alcançam projeção internacional, apenas regional. “Ou seja, as empresas que operam no nosso estado devem buscar mercados mundiais, além do nacional.” A mesma situação é observada nas universidades estaduais, especialmente aquelas mais fortes em C T & I, para que se intensifique o impacto global de suas pesquisas. Ele declara que companhias espanholas aparecem muito mais no mundo com suas pesquisas do que as brasileiras. “Isso está mais ligado à estratégia das empresas, e não à capacidade dos profissionais”, esclarece. Nesse sentido, um dado já levantado na elaboração desse plano diretor mostra que o número de pesquisadores em São Paulo aumentou de 31.780, em 2001, para

57.075, em 2011, sendo a maioria formada por profissionais de engenharia, sem necessariamente ter mestrado ou doutorado.

Brito Cruz diz que o “mantra” que se tem no País de que as empresas investem pouco ou nada em pesquisa não é verdadeiro no Estado. Na realidade, é desse nicho que provém a maior fatia: dos R\$ 25 bilhões aplicados em P & D em 2012, quase R\$ 15 bilhões vieram da iniciativa privada, o que dá 59% do total. Todavia, ainda é um valor baixo, por exemplo, em relação aos Estados Unidos ou à China, cujo percentual chega a 80%.

Competitividade da pesquisa em empresas

	Pesq. em empresas	Patentes USPTO, 2008	Pat./1.000 Pesquisas
China	944.440	1.225	1,30
Brasil	59.184	101	1,71
São Paulo	29.943	55	1,84
Espanha	42.101	303	7,20
França	114.059	3.163	27,73
Coreia do Sul	166.289	7.549	45,40

Fonte: Plano Diretor C T & I SP – Horizonte 2020

O diretor da Fapesp apresentou um quadro de 2011 sobre os estados brasileiros em termos de recursos em pesquisa e desenvolvimento. São Paulo aparece em primeiro lugar com 71%; em segundo, com dez vezes menos investimentos, está o Rio de Janeiro, com 7%; seguido por Paraná, 6%; e Minas Gerais, 3%.

Lembrando que um terço do PIB nacional provém deste estado, Brito Cruz destaca: “Se cuidarmos bem desse um terço e o fizermos funcionar mais eficientemente, já é uma contribuição para o País.”

O diretor da Fapesp observa ainda que as pesquisas científicas são fundamentais e integram o cotidiano dos cidadãos. “Quem usa telefone celular está se beneficiando de pesquisas feitas nos anos 1940, 1950 e 1960, por exemplo. Da mesma forma, quem toma vacina.” Portanto, como ressalta ele, ciência e tecnologia são parte essencial não só do desenvolvimento econômico, mas social, melhorando a qualidade de vida. “Todos os dias somos beneficiados por essas pesquisas.”



Em reunião do Conselho Tecnológico do SEESP, Brito Cruz (em pé) destaca incremento no número de pesquisadores no Estado, a maioria dos quais engenheiros.

TÉCNICOS *apontam deficiências* EM PLANO DE LOGÍSTICA

Soraya Misleh

APESAR DE PREVER a maior parte das inversões em ferrovias – o que é recomendado pelo projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) –, a segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2) deixa a desejar em relação a aspectos fundamentais ao País avançar nesse segmento estratégico.

É o que apontam técnicos do setor ferroviário, que se reuniram para debater as ações elencadas na etapa atual, no Rio de Janeiro, no dia 1º de julho. Juntamente com a Associação de Engenheiros Ferroviários (Aenfer) e a Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários (Faef), a FNE participou do encontro, na pessoa de seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro – que também está à frente do SEESP. Como resultado, será entregue uma carta aberta ao Ministro dos Transportes com as contribuições da categoria.

Apresentado pelo governo federal em 9 de junho último, o PIL 2 prevê no total R\$ 198,4 bilhões em investimentos, sendo R\$ 69,2 bilhões entre 2015-2018 e R\$ 129,2 bilhões a partir de 2019, via concessões à iniciativa privada. Do montante, serão destinados R\$ 86,4 bilhões para a construção e modernização de 7,5 mil quilômetros de ferrovias, além de R\$ 66,1 bilhões para rodovias, R\$ 37,4 bilhões a portos e R\$ 8,5 bilhões a aeroportos. Na primeira fase, lançada em agosto de 2012, eram R\$ 213 bilhões no total, sendo R\$ 99,6 bilhões a 11 mil quilômetros em ferrovias. Contudo, como lamenta a diretora Regional Sudeste da FNE e presidente da Aenfer, Clarice Soraggi, a maioria dos projetos para o segmento praticamente não saiu do papel. “Preocupa-nos que não estejam previstos investimentos para dar continuidade a esses. É necessário acom-

panhar essa segunda etapa, mas o modelo institucional do sistema ferroviário está confuso, com muitos órgãos cujas responsabilidades se sobrepõem. É preciso sua reestruturação para avanços no setor.”

Outra preocupação indicada por Soraggi a que o PIL 2 também não dá atenção é a falta de pessoal capacitado para tocar os projetos. A FNE, juntamente com a Aenfer e a Faef, recomenda que “é preciso investir na valorização do ferroviário”. Além disso, “fomentar a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* junto às universidades e às empresas”. Medida apontada pelas entidades ainda é a aprovação do projeto de lei que caracteriza como essenciais e exclusivas de Estado as carreiras de engenheiro, inclusive agrônomo, e arquiteto no serviço público. Solucionar essas questões de fundo, para Soraggi, é primordial a que as ações previstas saiam do papel.

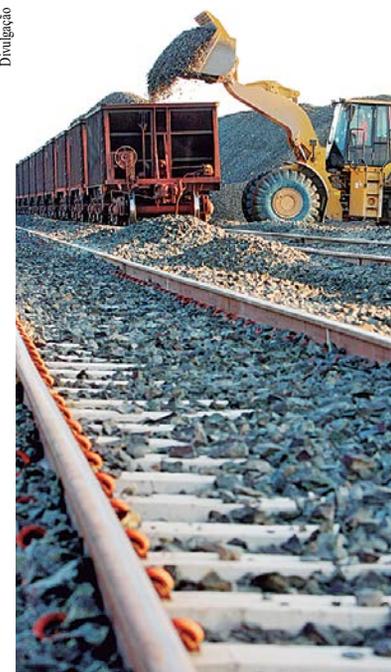
Os projetos

Para o professor-doutor em Engenharia de Produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), Sergio Iaccarino, o PIL 2 também não avança em garantir a intermodalidade, crucial quando se pensa em aprimorar a logística. Para ele, a lógica de priorizar as rodovias ainda permanece. “Hoje, 63% do transporte de cargas é feito sobre pneus, o que resulta em maior emissão de CO2 e custos. A reconstrução de trechos danificados sai R\$ 720 mil/km. E o Ministério dos Transportes abriu mais de 300 chamadas públicas para projetos rodoviários.” Desde 2006, a FNE defende no “Cresce Brasil” a importância da intermodalidade e de alterar a matriz de transportes. “No longo prazo, as cargas no País devem ser transportadas 35% pelo modo ferroviário, 20% pelo rodoviário, 40% pelo aquaviário e 5% pelo dutoviário”, ressalta o projeto dos engenheiros. O PIL 2 não prevê investimentos em hidrovias e em transporte de passageiros, o que também é observado pelos técnicos.

A despeito das deficiências, na visão do coordenador do “Cresce Brasil”, Carlos Monte, o programa é adequado ao objetivo de retomar o crescimento nacional. Ele destaca a introdução de um novo fator para atrair os investidores privados: a emissão de debêntures de infraestrutura para cobertura financeira integral, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Já Antonio Pastori, pós-graduando em Engenharia Ferroviária, destaca como ponto positivo o fato de o PIL 2 abranger o projeto da EF-118, do Rio de Janeiro a Vitória (ES), passando por Campos e Macaé, utilizando trechos da antiga linha que ligava essas duas cidades e interligando grandes portos nos dois estados. E Monte enfatiza a inclusão de outros trechos novos em ferrovias, ligando o coração do Cerrado Mato-grossense à Amazônia, além do prolongamento do corredor Norte-Sul. E afirma: a grande novidade do PIL 2 é a ferrovia bioceânica (ligando Pacífico ao Atlântico). O projeto, que deve ser desenvolvido por chineses, interligará o Centro-Oeste e o Norte do País ao Peru. “É de interesse nacional.” O trecho brasileiro está estimado em R\$ 40 bilhões. Pastori pondera, contudo, que o corredor bioceânico previsto ignora a existência de um estudo anterior, feito pelo BNDES. “O traçado apresentado é muito maior e exige a execução de um novo projeto, portanto, mais recursos.” O consultor na área ferroviária Marcelo Perrupato conclui: “O PIL 2 reacende algumas possibilidades de participação público-privada bastante interessantes e prioritárias para a retomada dos investimentos na infraestrutura de logística e dos transportes do País, com avanços na regulação e na modelagem de financiamento. Entretanto, incorpora em seu *portfólio* projetos com grau de maturação muito indefinidos. Seria ideal colocá-los em carteiras separadas, dentro de cronogramas mais realistas para o cumprimento de todas as etapas de preparação para apresentação ao mercado.”

Divulgação



A maior parte dos investimentos será em ferrovias, mas especialistas temem que não saiam do papel.

Mais informações:

PIL 2: <http://goo.gl/xPnOfi>
Cresce Brasil: www.crescebrasil.org.br
Estudo do BNDES sobre corredor bioceânico: <http://goo.gl/pqnGX8>



PRIORIDADE É *preservar emprego*

Rosângela Ribeiro Gil

AS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS do primeiro semestre de 2015 foram difíceis porque se deram numa conjuntura totalmente diferente da dos anos anteriores: retração da atividade econômica, com reflexo direto no nível de emprego, e alta da inflação. Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) indicam que os acordos firmados no primeiro trimestre deste ano alcançaram 0,91% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ante 1,55% do mesmo período de 2014, um recuo de 0,64%.

Diante da realidade, o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, observa: “Cresce a consciência de que num momento de adversidade, que esperamos e lutamos seja transitório, é importante manter os empregos.”

Essa é a prioridade hoje à mesa de negociações, afirma ele. E argumenta: “Garantir o posto de trabalho e o máximo do poder de compra dos salários significa ter a capacidade de organizar um processo de transição econômica que permita que o Brasil volte a ter um crescimento sustentável.” Conforme matéria publicada na edição 479 do **Jornal do Engenheiro**, intitulada “Incentivar produção para evitar desemprego”, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Emprego e Trabalho, indicam que até junho de 2015, o número de demitidos superou o de admitidos no mercado de trabalho em 111.200; no se-

Pais não fez as reformas necessárias, como tributária, fiscal e política, para sustentar outro nível de desenvolvimento.

mestre, foram menos 345.417 empregos; e em 12 meses, 601.924.

Por que a recessão

Para Ganz Lúcio, é importante que se entenda o processo recessivo por que passa o País. “Enfrentamos desde a alta de preços decorrente de enchentes ou falta de chuva ou de água em algumas regiões, o custo elevado de outros insumos, como a energia, até a operação Lava Jato, que atinge a área de investimento e da construção pesada, e a própria instabilidade política”, relaciona. Além desses fatores, complementa que ainda tem o Estado brasileiro reorganizando sua gestão fiscal. “Tal cenário se agrava com a crise internacional, que regula a demanda das economias, comprometendo, em parte, a nossa estratégia exportadora.”

O técnico observa que existem setores ainda fora da dinâmica recessiva, casos da agricultura e da indústria ligada à produção mineral. Ganz Lúcio explica que a retração no nível de atividade econômica brasileira vem sendo observada desde 2014, já atingindo a construção civil, as indústrias de transformação, têxtil e de alimentação e o setor automotivo, por conta da concorrência muito pesada com produtos importados, especialmente da China. A novidade, em 2015, segundo o especialista, é o fato de essas dificuldades atingirem comércio e serviços – responsáveis por mais de 70% das ocupações no território nacional.

Outros pontos podem ser contabilizados, informa Ganz Lúcio, como o término de grandes obras públicas associadas à Copa do Mundo 2014.

Ajuste fora de hora

As medidas de ajuste fiscal, implantadas pelo governo federal no final do ano passado, com o intuito de reduzir a dívida pública bruta federal, o déficit externo e frear a alta inflacionária, são criticadas pelo técnico do Dieese. “Elas visam reequilibrar o orçamento da União, entretanto, à medida que reduzem os gastos governamentais, impactam o nível de atividade, porque o governo compra e contrata menos.”

O técnico faz questão de esclarecer que a alta da inflação não tem a ver com demanda nem está associada ao desequilíbrio das contas externas do País. Para ele, se tivéssemos uma inflação decorrente de um excesso de consumo, frear a economia seria razoável. “Não é nosso caso”, realça.

Ganz Lúcio entende que o Estado brasileiro deveria considerar o cenário geral e reprogramar suas intervenções fiscais. “Não dá para fazer ajuste dessa magnitude num contexto de recessão econômica.” Na sua ótica, cada elemento desses isoladamente não é suficiente para gerar as dificuldades ora enfrentadas. “O problema é que todos estão ocorrendo ao



Ganz Lúcio: “Vivemos as consequências das decisões tomadas e daquelas que não foram encaminhadas.”

mesmo tempo.” Além disso, lamenta que o Banco Central continue a aplicar uma política monetária perversa à economia do País, “com uma taxa de juros escandalosamente alta, que desestimula o capital produtivo”.

Para a recessão não ser longa e não comprometer o projeto de crescimento sustentável do País, ele defende uma mudança radical na política macroeconômica do governo. “Enfrentamos um processo recessivo por conta, também, de o Estado brasileiro não ter feito as reformas necessárias para sustentar outro nível de desenvolvimento, como a tributária, fiscal, política e, inclusive, da comunicação.” E alfineta: “Vivemos as consequências das decisões tomadas e daquelas que não foram encaminhadas.”

Distribuição dos reajustes salariais e valor do aumento real médio, segundo o INPC-IBGE Brasil, 2008-2015

Ano	Acima do INPC-IBGE		Igual ao INPC-IBGE		Abaixo do INPC-IBGE		Aumento real médio	Painel analisado	
	nº	%	nº	%	nº	%		nº	%
2008	123	76,4%	18	11,2%	20	12,4%	0,88%	161	100,0%
2009	123	76,4%	26	16,1%	12	7,5%	0,97%	161	100,0%
2010	142	88,2%	14	8,7%	5	3,1%	1,90%	161	100,0%
2011	131	81,9%	15	9,4%	14	8,8%	1,32%	160	100,0%
2012	152	95,0%	5	3,1%	3	1,9%	2,32%	160	100,0%
2013	135	84,4%	11	6,9%	14	8,8%	1,30%	160	100,0%
2014	151	93,8%	7	4,3%	3	1,9%	1,55%	161	100,0%
2015	130	80,7%	20	12,4%	11	6,8%	0,91%	161	100,0%

Fonte: Dieese. SAS-Dieese – Sistema de Acompanhamento de Salários

Opinião

É hora de pensar na sua carreira

Mariles Carvalho

O mercado de trabalho está muito competitivo, por isso, é natural o profissional questionar o que pode ser um diferencial num processo seletivo, ou mesmo como dar aquela guinada na carreira. Nessa hora, muitos cometem o engano de atender a uma demanda de mercado, sem atentar a sua pretensão profissional.

Nas mídias sociais, vimos alguns especialistas em recursos humanos darem a famosa dica: “Em momentos de crise, faça uma pós-graduação, porque ela valoriza o currículo.” Em minha opinião, não necessariamente, por um aspecto simples: a decisão de tomar qualquer ação na carreira depende do seu objetivo. Questione se uma especialização vai ajudá-lo a conquistar a meta almejada.

Pense ainda em fazer uma pós-graduação quando for necessário se aprofundar em alguma área ou para se atualizar quanto às

novas ferramentas e técnicas de trabalho. Muitas vezes, você pode se dar conta de que desenvolver uma habilidade, estudar um idioma ou mesmo fazer um curso de curta duração trará mais resultado do que voltar para a faculdade.

A palavra-chave sempre é buscar quais são as suas aspirações na carreira. Se você não souber o que quer, faça *coaching*. A área de oportunidades do sindicato oferece o serviço aos engenheiros associados. Venha conversar conosco.

Mariles Carvalho é psicóloga e coordenadora do setor de Oportunidades e Desenvolvimento do SEESP

Contatos: emprego@seesp.org.br,
oportunidades2@seesp.org.br e
oportunidades@seesp.org.br e
telefones (11) 3113-2666/2669/2674.



Qualificação

Perícia judicial ambiental

Os registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (Crea-SP) têm desconto de 10% no curso de perícia judicial ambiental, que será realizado no Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon), de 9 a 13 de setembro próximo. O público-alvo são os profissionais com curso superior que queiram atuar ou atuem no campo técnico, legal e pericial, junto ao Judiciário e ao Ministério Público. Será fornecido material didático, certificado de participação, suporte técnico de seis meses e cadastro nacional de peritos. Mais informações pelos telefones 0800-6003622 e (53) 3231-3622 ou e-mail fernanda@manualdepericias.com.br. A atividade será na sede do sindicato (Rua Dona Veridiana, 55, Santa Cecília – São Paulo/SP).

Reúso de água industrial

Nos dias 15, 22 e 29 de setembro próximo, das 8h às 17h, será realizado o curso “Reúso de água industrial: técnica de obtenção e controle de qualidade”, no Hotel Serra de Jundiá (Avenida Comendador Gumercindo Barranqueiros, 80), ao lado da Rodovia Anhanguera, km 58, em Jundiá (SP). Com carga total de 24 horas, a atividade objetiva qualificar o participante no entendimento dos processos e controle de qualidade para se obter água de reúso para fins industriais, como complemento do tratamento secundário (biológico ou físico-químico) dos efluentes industriais e esgoto. Mais informações pelo telefone (19) 3426-0414 ou e-mail contato@cbconsultoriaetreinamento.com.br.



No SEESP, um espaço para a juventude

DESDE JULHO ÚLTIMO, o sindicato conta com o Núcleo Jovem Engenheiro. Com o intuito de renovar a sua ação, atraindo os estudantes da área, o sindicato aposta que este é o momento para a construção de uma nova etapa do sindicalismo no País.

“Daqui a alguns anos, se não tivermos jovens dispostos a lutar pela categoria, não haverá mais sindicatos. Imagine o impacto que isso terá na vida do profissional”, adverte Marcellie Dessimoni, 23 anos, coordenadora do núcleo, que se forma neste ano em Engenharia Ambiental e Sanitária.

A partir desse cenário, ela questiona como serão as novas formas de trabalho, as negociações entre patrão e empregado e como se manterá a força do trabalhador sem uma entidade representativa. “Vamos retroceder aos tempos em que o trabalhador cumpria 14 horas de jornada por dia, sem pagamento de horas extras, sem benefícios?”, indaga, alertando que os patrões não corrigirão os salários nem manterão direitos sem um sindicato atuante.

Formação

Dessimoni destaca que o jovem precisa de espaço, mas antes de tudo de uma formação política sindical para entender a importância dessas entidades, valorizar sua profissão e seu papel na sociedade. “O núcleo terá a missão de contribuir com reflexões sobre os novos desafios do mercado de trabalho e debater políticas públicas voltadas à categoria.”

Para criar uma nova dinâmica, Dessimoni defende a “corresponsabilidade” entre os mais experientes e os mais jovens. “Hoje há um divórcio entre eles nas entidades. O Brasil não conseguirá alcançar o desenvolvimento se não houver esse elo entre as diversas gerações de profissionais”, afirma.

Contatos com o núcleo pelo telefone (11) 3113-2162 ou pelo e-mail jovem@seesp.org.br.

Beatriz Arruda



Coordenadora do núcleo, Dessimoni quer que a juventude da engenharia participe do sindicato.



Campanhas salariais

EMTU – Em Assembleia Geral Extraordinária no dia 21 de julho último, foi aprovado o primeiro Acordo Coletivo de Trabalho dos engenheiros que atuam na EMTU. Os salários serão reajustados em 7,21% (conforme inflação medida pelo IPC/Fipe acumulado até a data-base em 1º de maio), extensível aos demais benefícios de caráter econômico. A assembleia aprovou também a manutenção da negociação do piso da categoria no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos (NCC) do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) – 2ª Região. Em audiência no dia 4 de agosto, o NCC informou que oficiaria ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) solicitação de parecer sobre a possibilidade de aplicação pela empresa do salário mínimo profissional, no valor de R\$ 7.092,00.

AES Eletropaulo – No último dia 6 de agosto, em assembleias ocorridas na Capital e em Barueri, os engenheiros da AES Eletropaulo aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Destacam-se reajuste salarial de 8,20%; do vale-alimentação de 14,52%; dos demais benefícios e tabelas de participação de 8,2%; e 7,6% na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com antecipação de R\$ 5.000,00 no dia 12 de setembro.

Elektro – No dia 7 de agosto, em Campinas, assembleia aprovou a última proposta da empresa de 8% de reajuste salarial, retroativo à data-base de 1º de junho, extensível aos demais benefícios de caráter

econômico, e a manutenção, até 2019, das demais cláusulas do acordo em vigor.

Cesp – Em assembleias gerais extraordinárias ocorridas em todo o Estado, em 29 de julho, os engenheiros que trabalham na Cesp aprovaram a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Destacam-se: reajuste salarial de 8,6%; dos vales alimentação e refeição de 9,0%; e dos demais benefícios econômicos de 8,6%. Também foi aprovada a manutenção da cláusula de gerenciamento de pessoal, nas bases atualmente vigentes, por cinco meses, a qual será renegociada até o dia 30 de outubro de 2015.

AES Tietê – Na companhia, a categoria aprovou em Assembleia Geral Extraordinária no dia 12 de agosto a contraproposta apresentada pela AES Tietê, em mesa de negociação ocorrida no dia 7, para o Acordo Coletivo de Trabalho 2015. Ficaram definidos reajuste salarial de 8,47% (conforme inflação medida pelo IPCA-IBGE); dos benefícios de 8,20%; do vale-alimentação de 14,52%; dos vales alimentação e refeição de Natal de 10,30%; adicional do auxílio-alimentação de R\$ 900,00 para R\$ 1.100,00; elevação do número de bolsas de estudos, sendo 60 de graduação e 20 de idiomas, e reajuste do valor em 8,47%; antecipação da PLR de R\$ 5.200,00, com pagamento no dia 12 de setembro; manutenção do Plano de Incentivo à Aposentadoria; respeito ao salário mínimo profissional do engenheiro. Ficou agendada reunião no dia 2 de setembro para tratar da Fundação Cesp. Todos os índices de reajuste propostos são retroativos à data-base (1º de junho).

Abertas inscrições para seminário sobre reciclagem de resíduos da construção

Promovido pela Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon), o Seminário Nacional da Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição está com inscrições abertas. Ocorrerá em 17 de setembro próximo, na Capital, no Centro de Convenções Millennium (Rua Dr. Bacelar, 1.043). O encontro reunirá poder público, empresas e terceiro setor para debaterem panorama atual, dificuldades e perspectivas da reciclagem no País, além de gestão e organização de toda a cadeia de reaproveitamento de resíduos da construção civil e demolição no Brasil. O SEESP, um dos apoiadores do seminário, estará presente. Inscrições e informações em <http://goo.gl/v8eIaS>.

SEESP na rádio web Agência Sindical

Toda terça-feira, às 11h, a imprensa do SEESP participa, como correspondente, ao vivo, da rádio web *Agência Sindical*. É mais um espaço de informação sobre as lutas e ações dos engenheiros no Estado de São Paulo e no Brasil. Acompanhe a participação da entidade em <http://goo.gl/Nk1vqQ>.



Engenheiros da Prefeitura de São Paulo pressionam por ajustes no PL da carreira



Profissionais pedem urgência nas discussões e ajustes de projeto de lei.

Cerca de 120 engenheiros e arquitetos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) acompanharam o Colégio de Líderes da Câmara Municipal e, posteriormente, as votações em plenário, no dia 4 de agosto. Os servidores pedem urgência nas discussões e ajustes que precisam ser feitos no Projeto de Lei 305, do Executivo, que institui carreira própria para as duas categorias no município.

A expectativa é que o PL seja debatido, alterado e votado ainda neste mês.

Entre os pontos que precisam de alteração estão: melhoria das condições e do índice de reajuste aos profissionais que têm mais tempo de casa; retirada da remuneração por subsídio; denominação dos servidores como engenheiro e arquiteto, e não analistas de desenvolvimento urbano, como está proposto; entre outros.

Presidente do SEESP ministra aula no Isitec



Murilo Pinheiro destaca pontos fortes do Isitec aos seus estudantes.

O presidente do sindicato, Murilo Celso de Campos Pinheiro, deu uma aula aos alunos do curso de graduação em Engenharia de Inovação, do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), em 12 de agosto. A palestra faz parte do programa da disciplina Introdução à Engenharia, que inclui questões legais, como noções de organização da categoria.

“Estamos no melhor momento para a Engenharia de Inovação e o Isitec surge nesta conjuntura”, disse Pinheiro, destacando alguns pontos fortes da instituição, como período integral, bolsas de estudos e ter como mantenedor o SEESP, uma entidade sindical. “Todos os esforços têm sido pela consolidação do Isitec enquanto referência para a profissão”, completou.